

A ETIMOLOGIA DO TERMO COMUNICAÇÃO: UMA ANÁLISE CRÍTICA ¹

Luiz Claudio MARTINO²
Universidade de Brasília

Resumo

O trabalho discute criticamente alguns estudos dedicados à questão da etimologia do termo comunicação relacionados com a área de conhecimento homônima. As obras foram analisadas em vista de extrair e comparar suas estratégias de abordagem do tema, bem como a compreensão que trazem da história e especialmente da epistemologia da Comunicação.

Palavras-chave: etimologia da Comunicação; teoria da Comunicação; epistemologia da Comunicação, história da comunicação.

Introdução

Nos últimos anos, uma série de artigos e publicações na área da Comunicação se dedicou à discussão da etimologia do termo comunicação. Por exemplo, Yamamoto (2021), Liesen (2014), Peters (2008), Wiseman (2007), De Michelis (2001), Winkin (1999). Mesmo não sendo muito grande, este conjunto de produções acumulou suficiente conhecimento, permitindo estabelecer comparações sobre seus posicionamentos teóricos.

O presente trabalho se propõe a fazer uma análise de parte dessa produção com o objetivo de extrair e comparar suas estratégias de abordagem da etimologia e a compreensão que trazem da história e especialmente da epistemologia da Comunicação. Ele se compõe de duas partes, a primeira é uma breve introdução à questão do uso da etimologia para as ciências sociais, seu propósito e pertinência. A segunda parte contém o exame das obras. Selecionamos aquelas que nos proporcionam as condições para desenvolver os objetivos citados.

¹ Trabalho apresentado no GP Teorias da Comunicação, XXI Encontro dos Grupos de Pesquisas em Comunicação, evento componente do 44º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

² Professor da FAC-UnB, e-mail: luizcmartino@gmail.com

Etimologia: falsos problemas e pertinência para os estudos acadêmicos

Recorrer à primeira significação de um termo não é uma volta à origem onde tudo teria começado, tal estratégia metodológica não deve ser confundida com qualquer pretensão à verdade, como se isso lhe desse alguma vantagem sobre outras. Assim como nascem, as palavras também têm sua evolução, mudam com as necessidades e os contextos sociais; enfim, também têm sua história.

Julgar que uma acepção seria mais “autêntica” ou mais “correta” que outra não levaria em conta o que é mais importante para quem se interessa pela história: as palavras refletem a visão de um coletivo. Através delas se expressa a compreensão que se tem de determinada “coisa”, algo que primeiramente aparece sem nome, como sentimento; algo que entra no campo de atenção, sendo recortado em meio a tantas outras “coisas” possíveis, para finalmente se tornar uma realidade para alguém. Colocadas no tempo, as acepções emergem ao longo da evolução das palavras e com elas aparecem as peculiaridades de certos usos, certas épocas. É isso que se busca e que pode oferecer parcialmente a etimologia de uma palavra, exatamente o processo pelo qual uma dada realidade é nomeada e, portanto, se torna familiar. Com isso podemos entender como se constitui a realidade para alguém, um povo, uma época. Se não nos é possível ver com os olhos de outrem, a análise das palavras nos permite ver o que dizem; como vêem e o que deixam de ver.

Nomear é o processo através do qual a realidade se torna acessível, o primeiro passo para que venha ser compartilhada com outros. Encarada desse modo, a exploração de alguns termos-chave pode ter especial importância para certos campos de conhecimento. A premissa é que o modo como uma sociedade configura e lida com a realidade tem relação com o modo com o qual ela é expressa.

De outra parte, além de estratégias metodológicas, a etimologia também pode ter um interesse epistemológico, porque as palavras chaves de uma área de conhecimento, os conceitos que são os operadores das pesquisas, deixam ver o estado que se encontra sua fundamentação. Por exemplo, coloquemos uma pergunta: Quando a comunicação se tornou uma questão?

Vê-se que ela não poderia ser aplicada indiferentemente a todas as épocas. Não sem uma reflexão crítica. Ela faz sentido para o século XX, pois, além do termo, é nele que teremos a convergência de muitos planos de realidade: a diversidade de formas e a

abundância de tecnologias, os profissionais da comunicação, a informação como arma de guerra, a informação como mercadoria; é nela também aparecem sistemas de leis para regulamentar a atividades de comunicação (direitos, deveres, código penal...), faculdades de comunicação (teorias, habilitações para o mercado de trabalho)... Há muitas instituições e práticas sociais para confirmar que a comunicação, a partir do século XX, é suficientemente objetiva para se impor como realidade.

E nessa certeza reside grande parte dos obstáculos epistemológicos da área de estudos, pois a tendência é naturalizar e estender este objeto a outras latitudes da história. É muito difícil não ver a comunicação, deixar de pensar que nossa realidade é também a de outros.

Contudo, não podemos ir muito longe no desenvolvimento da epistemologia da Comunicação se continuarmos acreditando que comunicação é um *processo social primário* ou um dispositivo de poder/saber (por exemplo, RUDIGER, 2011, p.7-8). O problema de afirmações como essas não é que estejam “erradas” (isto até seria um problema menor), mas que passam por “a mais pura verdade”, são evidentes e despidoradamente razoáveis. Sua aparente solidez reside na sintonia com crenças atuais. É assim que pessoas razoáveis – mas de hoje, que vivem em uma sociedade onde abundam os meios de comunicação – pensam e reconhecem como natural. Por isso vêm a comunicação por toda parte.

O interesse de um viés histórico consiste, justamente, em nos afastar de tudo isso que julgamos ser razoável e muito verdadeiro. E sem deixar de sermos “razoáveis” dificilmente poderemos evitar as impertinências do anacronismo ingênuo.

Análise das obras

1. Yves Wikin, *Munus ou la communication : l'étymologie comme heuristique* (1999)

O trabalho é um dos primeiros e mais conhecidos estudos do termo voltados para a área de comunicação. Ele nos ajudará a ilustrar o caso em que a análise da etimologia aparece conjugada a um operador teórico (no caso, a noção de antropológica de dom)³.

³ Conceito proposto por Marcel Mauss, *Essay sur le Don. Forme et raison de l'échange dans les sociétés archaïques* (1923).

Não é novidade que as ciências sociais estabelecem uma relação tensa e constitutiva com o conhecimento histórico (História) e não é aqui a ocasião de retomar estas relações⁴. Apenas lembraremos o risco que a teoria – intervindo como elemento “de fora”, não correspondendo à visão que os agentes sociais têm da realidade que vivem – acabe anulando o que há de mais específico na abordagem histórica, que é recuperar a compreensão, a visão de mundo, própria a uma dada sociedade. O historiador busca o sentido, as formas de organizar e pensar, a cultura ou qualquer outra manifestação do humano, que emerge em certas condições, em certos contextos que não existem mais. Mas é isso mesmo que a introdução de conceitos e esquemas teóricos pode acabar deixando de lado, em vista de alcançar outras dimensões da investigação.

A obra de Winkin exemplifica o predomínio da teoria, como esta recorta e problematiza a matéria histórica. Se o autor faz isso em um grau muito acentuado, também o faz de modo consciente, com a advertência explícita que usa a etimologia como um recurso heurístico. A questão de fundo é: até que ponto um esquema teórico pode intervir na interpretação de realidades históricas sem descaracterizá-las? Não que isso seja necessariamente ruim. Mas seria ainda história? Vejamos com mais detalhe.

O autor começa definindo a tarefa da abordagem etimológica: trata-se apenas de se dar os primeiros meios para pensar o termo (...). Não é questão de buscar reconstituir a história completa da palavra, das origens até nossos dias. O que importa é colocar a história a serviço da “imaginação conceitual”; “fazer da noção de comunicação um instrumento para pensar” (p.48).

O artigo implicitamente assume duas tarefas principais, a primeira é uma descrição da evolução semântica do termo, que, ele reconhece, só pode oferecer resultados aproximativos. Tomando por fonte principal o prestigiado *Dictionnaire Historique de la Langue Française* (1992), de Alain Rey, Winkin expõe e desenvolve os sentidos aí constantes. Seu ponto de partida é o final do século XIII, quando o sentido original de *communicatio* latino (“estar encarregado de”, “compartilhar um dever, um direito uma responsabilidade”) passa a dar lugar a sentidos derivados. Aparecem sentidos gerais, como “maneira de estar juntos”, que o autor atribui a um modo privilegiado de relações sociais.

Outros sentidos do termo vão se seguindo:

⁴ Discutimos as relações entre história e teoria em MARTINO, 2016.

Sua expansão deu-se com o significado metonímico de “coisa comunicada” (1507) e vários significados especiais nos vocabulários teológicos (antes de 1662, comunicação com Deus), jurídico, médico, físico (1753, comunicação do movimento). A palavra, assim como o verbo comunicar, experimentou um boom particular no campo da publicidade e da mídia (técnicas de comunicação)... (WINKIN, 1999, p. 48).

Esse panorama expõe os sentidos que emergem ao longo da história, contudo, o ponto mais desenvolvido pelo autor diz respeito ao radical da palavra: *munus*. O que poderia ser traduzido para o português como *encargo*, tarefa, dever, ocupação do magistrado, correspondendo a sua posição social de magistrado (*cargo*). Particularmente na organização dos jogos, espetáculos, luta de gladiadores. Winkin faz uma interpretação, a nosso ver, um tanto forçada deste termo, ao considerar que a noção de troca aí estaria implicada. Segundo ele:

Ao nomear alguém para magistrado, se dá a ele vantagens e honras. Em contrapartida, isto o obriga a retribuir, sob a forma de despesas, especialmente para espetáculos, justificando assim esta “cobrança oficial” como uma “troca” (WINKIN, 1999, p. 49).

Não estou convencido de que a extrapolação de uma relação típica das comunidades primitivas seja aplicável a uma sociedade de outro tipo, na qual os laços sociais repousam sobre outras bases. Não diria que o funcionário do Estado *retribui* ou se sente na obrigação de retribuir o que lhe foi “dado”, sob o risco de ter que admitir que a relação patrão-empregado seria igualmente de dom e contra-dom. A relação que o funcionário estatal e o trabalhador assalariado respectivamente têm com o Estado e o patrão são evidentemente de outra ordem; se estabelecem como hierarquias e instituições sociais bem precisas, cujo sentido é histórico, não podendo ser tomadas de modo geral, como na acepção dada ao conceito de dom.

Winkin deixa claro que sua questão não seria propriamente a precisão histórica, e sim entender o cerne da palavra comunicação, que segundo ele, reside no duplo sentido de *munus*, enquanto carga (aquilo que se recebe) e de dom (aquilo que se dá). Retomando os trabalhos do lingüista francês Émile Benveniste, ele define a comunicação a partir dessa interpretação da etimologia, como “um mecanismo complexo de dons que reclamam contra-dons através de uma espécie de força coerciva” (WINKIN, 1999, p.52).

Entretanto não se pode deixar de notar que a noção de troca foi bastante alargada e seu conceito de comunicação está tão longe da etimologia como da noção hoje

corrente, não podendo guardar alguns de seus sentidos mais interessantes e precisos, como o de não ser ação exercida sobre o mundo físico (ou pelo menos, não é isso que a caracteriza), nem ser redutível e assimilável à troca simbólica, como acontece no dom e contra-dom. Basta ter em conta que neste caso a significação está fixada, o resultado de qualquer dom é o estabelecimento do laço social, por isso não importa o que é trocado (miçangas contra ouro, bananas contra armas...). O que é muito diferente do caso dos meios de comunicação que, tal como as palavras, se caracterizam por estabelecerem fluxos de significados⁵. Tampouco se é fiel à natureza do processo: os elementos “trocados” são objetos mentais (pensamentos, sentimentos, ideias...), o que difere tanto das trocas econômicas como das formas de mediação social, nestas se ressaltam as instituições sociais como matrizes do relacionamento (como é o caso do dom).

Suas análises então culminam no encontro dessa interpretação da comunicação como dom e os sentidos históricos que emergem no século XVIII. Neste período ocorreria a separação entre comunidade e comunicação, que marca a mudança desta última, passando do sentido de *troca* (dom) para o sentido de *transmissão*.

Apesar de apresentar como uma ruptura “brutal” com os séculos precedentes, o autor não levanta as razões ou o contexto dessa transformação. Ele simplesmente omite o complexo movimento de reestruturação social desse período, tratando apenas como *denegação*, uma recusa em conhecer os sentidos originários:

As relações de don/contra-don que estão no coração da comunicação são uma forma de economia arcaica evoluindo no seio da sociedade contemporânea (...). O mesmo mecanismo de negação aí ocorre: baseia-se na substituição da troca pela transmissão. A comunicação refere-se, portanto, à economia arcaica da vida cotidiana, que não pode ser afirmada como tal sem correr o risco de perder sua eficácia. É uma instituição social, que obriga seus membros a “dar, dar e receber” (...) (WINKIN, 1999, p. 54).

A comunicação é referida ao passado, como a “economia arcaica da vida cotidiana”, ora, tal remissão apenas confirma que o contexto da transformação não é levado em conta. O anacronismo curiosamente aparece invertido (a sociedade contemporânea é explicada pelo arcaico), porém, mais importante que isso, se deixar escapar o que está em jogo: a emergência do sentido moderno. É de fundamental

⁵ As flores que o namorado oferece a sua amada ou que são depositadas sobre um caixão têm significados dados pelo contexto e por instituições sociais. Como todo símbolo, as instituições fixam significados, ao passo que meios de comunicação são objetos técnicos que se caracterizam pela imensa capacidade de variar as significações. O livro não é nenhum conteúdo específico e um livro qualquer é um fluxo de significados. Visto de longe é um ente, visto de perto é um rio.

importância considerar a ruptura que instaura as condições para emergência da comunicação moderna. É por volta do século XVIII que se dá a formação da episteme das ciências sociais, o solo de onde emergem os processos que se tornarão o objeto de suas disciplinas, inclusive a Comunicação⁶. Neste período se dá a dissolução das estruturas arcaicas e os processos de comunicação, que aí se formam, passam a ter um sentido original, ocupando um lugar central no novo tipo de sociedade que está emergindo.

Estas breves considerações genealógicas permitem ressaltar o que desde o início já estava colocado: o pouco compromisso com a perspectiva histórica. E o autor bem advertiu que a etimologia é apenas um recurso heurístico. Do ponto de vista da epistemologia da Comunicação, é curioso que o autor proponha tomar a comunicação como um “instrumento de elaboração conceitual”, mas na verdade o texto opera com o conceito antropológico de dom, dentro de uma perspectiva dessa disciplina (o último parágrafo propõe uma análise antropológica)⁷.

2. John Duhram Peters. “Communication, History of the Idea” (2008)

Speak in the Air: a history of the idea of communication (1999)

Coloco aqui junto duas obras que evidentemente estão interligadas. O autor é um dos mais reconhecidos especialistas do tema. Seu livro *Speak in the Air: a history of the idea of communication* é referência obrigatória para a discussão da evolução dos sentidos de comunicação.

A abordagem de Peters é diametralmente oposta a de Winkin, no sentido que se quer praticamente livre de teoria. De fato, para quem teve contato com a obra, não há porque duvidar:

Não utilizo "teoria da comunicação" para me referir a uma prática de pesquisa existente, mas em um sentido amplo e a-histórico, a fim de obter uma perspectiva da condição humana de alguma forma fundamentalmente comunicativa, ancorada no logos. Desta forma, a

⁶ A formação dessa episteme está ligada à formação da disciplina Comunicação como saber autônomo. E isso passa pela desnaturalização do processo de comunicação. Ver MARTINO, 2020.

⁷ A abordagem de Winkin se aproxima de outra abordagem antropológica. Levi-Straus propôs uma teoria da comunicação baseada na circulação de: bens materiais, mulheres e palavras. O problema é que cada um desses tipos de circulação tem suas peculiaridades e dão origem a estudos bastante diferentes: economia, cultura primitiva (casamento, parentesco), linguagem. Ao atravessar planos de realidades muito diferentes, o conceito genérico de circulação não serve para muita coisa ou assume acepções tão distintas que o transformam em um exemplo de homonímia.

teoria da comunicação torna-se consubstancial com a ética, a filosofia política e a teoria social (...) (PETERS, 1999, p.26).

Isso permite a Peters explorar praticamente todas as dimensões imagináveis. Logo, seu método de trabalho não se prende à etimologia, mas também não lhe é totalmente estranha. Trata-se de recolher os significados históricos de comunicação. Preferencialmente, na literatura, em reflexões filosóficas, nas teorias ou mesmo através da análise de manifestações culturais (como o cristianismo). Tudo pode ser aproveitado, se levar a concepções de comunicação. A diferença com a etimologia é que seu objeto é a *ideia*, não o termo. Abre-se, então, um vasto corpus de análise, sem critério aparente, salvo o de parecer encontrar a comunicação em toda parte.

Como diz o autor, “raramente uma ideia foi tão infestada de banalidades” (p.23), ao que é preciso acrescentar: e também infestada de coisas não banais, porque não faltam acepções criativas para a comunicação. Noção que se transformou em tipo de mancha de Rorschach para a reflexão moderna: basta olhar para ver coisas.

Chega a ser curioso ver como *Speak in the Air* cobre tantos campos, constituindo uma boa fonte de informações. De outra parte há pouca sistematização, de modo que problemas importantes aí levantados não são respondidos. Neste sentido, poderíamos indagar: O que é uma história da “ideia de comunicação” se não há um conceito para este termo? Como fazer história de algo que não se sabe o que é, ou do qual se espera que a própria história seja uma resposta para isso? (ver MARTINO, 2004)

Voltando à questão da etimologia, ela ao menos fornecia algum controle sobre tal dispersão e a teoria de comunicação teria muito mais a oferecer neste sentido. Mas ambas foram descartadas por Peters. Em suma, a obra não tem muito comprometimento com as reflexões epistemológicas, radicaliza a abordagem interdisciplinar.

Passemos, então, para sua segunda obra selecionada, *Communication, History of the Idea*, um verbete da prestigiada *International Encyclopedia of Communication*, da qual recortamos um parágrafo bastante ilustrativo de problemas teóricos e que trabalha de modo mais próximo ao da pesquisa etimológica.

O que Adam Smith casualmente chamou de "livre comércio e comunicação" em *A riqueza das Nações* (1776) logo assumiu uma carga especial na esteira das revoluções políticas e industriais, o navio a vapor e a ferrovia, o imperialismo e o crescimento de um mercado mundial. Na época dos *Princípios de Economia* de Alfred Marshall (1890), "comunicação" havia se tornado um termo regular em economia, e um economista anterior com uma perspectiva muito diferente também deu à "comunicação" (Verkehr) um

ponto central em sua teoria: Karl Marx. "Comunicação" manteve um forte sentido de transporte no início do século XX e o termo "linhas de comunicação" ainda descreve redes militares para mover mensagens, tropas e suprimentos. No início do século XX, "comunicação" podia se referir a todas as maneiras pelas quais as pessoas interagem simbolicamente.

Há muita coisa a ser analisada neste breve trecho. Qual o valor de um uso incidental do termo comunicação, como empregado por Adam Smith? Praticamente muito pouco, porque não é um conceito teórico, nem tampouco chega a ser a expressão de um coletivo, o que o deixa sem força para representar uma época, como discutimos acima. Nesta mesma categoria também se encaixa aquela que é considerada a primeira ocorrência do termo *communicatio*, empregada por Cícero, no século I a. C., para nomear um recurso retórico. Aqui uma genealogia da comunicação contrastaria com o uso que é feito no mosteiro, para distinguir duas linhagens bem diferentes. Enquanto o primeiro é pontualmente uma etiqueta em um vocabulário técnico, a *communicatio* que aparece por volta do século V diz algo da experiência profunda de um período que se arrasta e alcança a modernidade hoje. Porque, ao contrário do termo técnico, *communicatio* aparece ligada à questão do isolamento (que será o problema das sociedades de massa) e à quebra do isolamento, bem como das formas de contato com Deus (problema do ascetismo, que Weber liga ao capitalismo e das tecnologias do eu, discutido por Foucault).

Não que a retórica seja destituída de interesse para estudiosos da Comunicação, sabemos bem como ela corresponde ao aparecimento da clivagem entre público e privado e, ademais, as duas vias se encontram na modernidade. Mas estritamente falando sobre a etimologia como pista de investigação, o termo técnico usado na arte retórica é bem mais pobre para ser explorado desse viés.

Mas voltando ao caso de Adam Smith, Peters indica que o destino do termo esteve ligado às revoluções (política e industrial) que aproximaram e amalgamaram, por ao menos dois séculos, comunicação e transporte. Como é bastante frequente, as grandes transformações do século XVIII são vistas apenas como políticas e econômicas, deixando de lado outros aspectos, entretanto bem presentes, que mostram um papel muito mais amplo e original de novos processos de comunicação social. Para citar ao menos um, é nessa época que o jornalismo começa a se firmar como um novo tipo de conhecimento, um conhecimento do social pelos agentes sociais que incorporam essa representação a sua maneira de pensar e agir na sociedade. Nunca uma sociedade havia

vivido em função de meios técnicos para representar – e de forma dinâmica – a si própria. Isso é suficiente para mostrar que se as relações dos processos comunicacionais com a economia e a política realmente se intensificaram e ganharam novos sentidos, como destaca o autor, a nosso ver não justifica a ênfase aí colocada, se isso significa encobrir e negligenciar outros âmbitos, como a cultura, as relações sociais, a educação... A comunicação tecnológica desenvolve um sentido original e aparece cada vez mais intrincada com o fenômeno humano.

De uma redução logo se passa a uma ampliação pouco justificável, movimento que não é raro encontrar na literatura da área. Marx como pensador da comunicação, na verdade só aparece se a circulação de mercadorias for identificada a um processo de comunicação, o que evidentemente é muito forçado. O autor passa ao largo das relações que se estabelecem entre teoria, conceito e disciplina. Percebe-se a falta que faz a teoria e a epistemologia no recorte da investigação histórica, como se “a comunicação” pudesse ser investigada e tratada como um objeto natural, imediatamente dado e reconhecível, bastando apenas entrar em contato com a “matéria histórica”, os arquivos, os documentos. E aqui não há muitas alternativas: ou seguimos a pista dada pela língua (etimologia) ou seguimos esquemas teóricos (epistemologia), do contrário, a investigação sobre o sentido do termo comunicação não passa de um exercício de imaginação criativa.

Finalmente o último sentido, a interação simbólica, traz uma acepção cara à área de Comunicação. Embora não citado, este sentido se deve a Charles Cooley (1909). Percebe-se facilmente que estamos com algo mais próximo do entendimento e das preocupações dos comunicólogos. Esta familiaridade, entretanto, constitui uma grande armadilha ao pensamento comunicacional, na medida mesmo que desloca a questão histórica. Interações simbólicas não dependem de contextos, quer dizer, não aparecem na história, não têm um começo, uma origem em processos sociais, salvo a do próprio homem. Nascem com ele e dele não se distinguem, estão misturados a seu ser. Interações simbólicas são apresentadas como o fundamento do social, logo não apontam nenhuma sociedade histórica, concreta, e sim todas e qualquer uma. É uma noção que, se afastando da história, encontra a ontologia. E todas as noções ontológicas de comunicação serão muito mais estáveis e definidas que as noções históricas; mais facilmente reconhecidas e aplicáveis. O problema é que tais vantagens correspondem a um deslocamento, pois se passa para a metafísica, deixando as ciências sociais. Se nada

impede o desenvolvimento de uma metafísica da comunicação (processos de comunicação pensados metafisicamente), de outro lado, não há mais porque falar em epistemologia (ciência) ou de etimologia, já que a fonte do conhecimento metafísico é a dogmática, não depende do empírico-histórico ou da língua.

Sob estas duas óticas fundamentais, ontologia e epistemologia, as ocorrências do termo comunicação que aparecem nestas duas grandes esferas do conhecimento são apenas *falsos-amigos*, termos que falam duas línguas e que aparentam o que não são.

3. Wiseman, Rob. Ancient Roman Metaphors for Communication, 2007.

Outra obra bastante original e, ao mesmo tempo, a única desta seleção que traz o modo típico da abordagem dos historiadores. Ela opera um recorte histórico de seu objeto, demarcando um período determinado (Roma Antiga) e, de outra parte, trabalha com metáforas *para a* comunicação, quer dizer, se ocupa de termos que ajudam a explicitar o que era a compreensão que aquela sociedade tinha do processo de comunicação.

O trecho abaixo deixará isso mais claro:

As crenças romanas cotidianas sobre como a comunicação ocorria estão baseadas no processo de respiração. Falar é respirar e, portanto, palavras são respiração. As palavras são formadas no peito, especificamente no *animus*. Ao falar, elas são "ejetados" ou "emitidos" do *animus*. A fala é "respirada" ou "derramada" em uma audiência, ou então os ouvintes "agarram" ou "captam" o que é dito. O aumento da familiaridade com a escrita parece ter sugerido que as palavras podem ter uma existência independente dos seres humanos, mas, para a maioria dos propósitos, o modelo romano tem apenas dois apoios: falante e ouvinte. Uma análise da correspondência privada de Cícero sugere que este modelo foi a forma dominante que os romanos tinham para descrever a comunicação – facilmente ofuscando o uso da retórica clássica ou de outras metáforas antigas para o discurso baseado em fiação (p. 41).

Esta passagem mostra o modo de trabalho do historiador: recursos a fontes históricas, interpretação do sentido, referência a testemunhos do uso da palavra. Há também uma importante observação sobre a escrita, que retomaremos mais à frente.

Outra forte característica de sua abordagem, que não aparece no trecho acima é a exploração do campo semântico. A adoção desta estratégia lhe permite contornar os problemas metodológicos, apontados acima, em relação a trabalhar com a "ideia" de comunicação. O controle da significação é feito dentro de uma cadeia de sentidos afins ou que guardam alguma correlação.

Assim, o autor traz cadeias de significantes (termos com sentidos próximos) para demonstrar que a compreensão que os romanos tinham da fala não passava ou não destacava a ideia de transmissão. Por exemplo,

(...) poucas outras palavras em latim que normalmente significam “carregar” ou “transportar” são usadas para descrever a transferência de uma pessoa para outra – e que asseguradamente não são famílias inteiras de palavras. *Vehere* e *vectare*, que significam amplamente “transportar”, não são usados pelos romanos como metáforas para a comunicação – embora *vehere* seja a raiz do *vex* inglês e, via *convehere*, (chega a) *convey* (comunicar, transmitir, levar) (...) (p. 50).

Suas investigações levam ao principal vocábulo, que é *mittere*, que forma o termo *transmittere*, que “nunca é usado em relação à fala ou escrita, a conexão entre ‘transmissão’ e comunicação não aparece em inglês até o século XVI” (p. 49).

Temos um claro exemplo da pesquisa linguística acionada como auxiliar da investigação histórica. É interessante notar que esse método não parte de *communicatio*, e sim da fala. Termo que o autor toma como sinônimo de comunicação, uma opção pouco coerente com o método empregado, pois a noção que a fala é um tipo de comunicação é noção moderna, portanto, anacrônica.

Na verdade, digamos de nossa parte, o motor da investigação é a comunicação moderna, é ela que serve de parâmetro para o que se está buscando. Portanto, o método tem por base o reconhecimento de uma diferença em relação ao que as línguas de hoje chamam comunicação. O anacronismo aqui não é necessariamente negativo, pois são as perguntas do presente que fazem o passado falar.

Com esse cuidado em mente, é possível, por contraste, reconstruir a idéia que os romanos fazem da fala e notar que não se apóia no sentido de transmissão.

Os romanos usavam apenas uma pequena variedade de termos para descrever a transferência de uma pessoa para outra. Por que isso acontece, não podemos ter certeza, embora possamos especular. No século I a.C., a maioria das palavras acima eram usadas em conexão com a escrita ou com relatos de lugares e épocas distantes. Possivelmente porque, apesar de toda a sofisticação de Roma naquela época, viagens extensas e uso generalizado de escrita portátil eram relativamente novos para Roma – suas conquistas estrangeiras e expansão imperial só haviam realmente começado no século anterior. As preocupações da maioria das pessoas tinham a ver com os assuntos locais. A maior parte da comunicação ainda teria ocorrido face a face e, conseqüentemente, as pessoas teriam falado sobre isso como tal. Em um contexto tão íntimo e imediato, teria sido fácil pensar em palavras passando diretamente de uma pessoa para outra sem nenhum atraso perceptível entre “emitir” e “receber”. Teria sido apenas com uma experiência ampla e considerável de textos escritos – com palavras produzidas em um momento e só ouvidas muito tempo depois – que toda a

cultura teria começado a pensar em palavras sendo separadas daqueles que as falam ou escrevem (p. 51).

E aqui chegamos ao ponto mais importante dessa investigação, quando aparece uma hipótese que tenta explicar a ideia que os antigos romanos tinham da fala com base em suas práticas sociais. Ela salienta as consequências de um contato prolongado e cada vez mais intenso da fala com a escrita.

O cerne desta tese reside na explicação que a experiência com textos escritos gera um *délais* (lapso), uma diferença entre o tempo de emissão e o de recepção da palavra. Descreve os textos escritos como “palavras produzidas em um momento e só ouvidas muito tempo depois”. E de modo implícito também está a diferença no espaço (“relatos de lugares e épocas distantes”).

De fato, a escrita altera a relação com o tempo e o espaço, mas também com a própria capacidade de falar. O que se entende por isso e como isso se dá. Mas o fato que as palavras possam ter uma existência independente dos emissores ainda não as transforma em “comunicação”. Wiseman trabalha seu artigo com uma igualdade não justificada: a fala é comunicação. Embora traga os elementos para trabalhar esta questão, não vê a necessidade de fazer isso.

O que nos parece fundamental na experiência de conviver com a escrita é que a palavra é algo que se apresenta tanto na voz como em um suporte material. Wiseman mostra muito bem o surgimento da compreensão da palavra como algo separado do emissor e também do fluxo da voz – o sopro que vem do peito –, que deixando de ser uma emanção do animus, passa a ser realidade objetiva e separada, uma realidade própria, isolável e por isso independente. De nossa parte, reforçaríamos que ela está no *espaço*. Por isso pode passar de um lugar a outro (transmissão) e pode estar na voz, na pedra ou no papiro, inclusive em diferentes lugares ao mesmo tempo (circulação, simultaneidade). Porque, sendo um ente no espaço, estando aqui e ali, é sempre igual a si própria.

É significativo que a palavra tenha existência em veículos diferentes, em formas materiais distintas. Com isso são geradas as condições de transitividade, necessária à formação de um vocábulo geral – *comunicação*, subsumindo os casos particulares: fala, escrita. O que, na verdade, só ocorrerá muito tempo depois, no século final do século XIX, em um contexto de forte desenvolvimento de tecnologias da comunicação, onde um outro termo genérico irá se forjar: meios de comunicação. Já havia a imprensa, mas

outras tecnologias afins foram criadas (fotografia, cinema, telégrafo...) e um termo genérico passou a ser necessário para designar o conjunto. É a partir dessa experiência, em uma sociedade que demanda a atividade do indivíduo e tem por base a autonomia deste, que a comunicação passa a ser uma realidade para todos.

De outra parte, é preciso dizer que Wiseman não é o único autor de nossa seleção a considerar que o sentido de comunicação está relacionado com o aparecimento dos meios de comunicação, Peters também aponta essa influência como importante, mas não segue esta linha, tampouco influi sobre sua metodologia.

Sem tirar os méritos do interessante trabalho do autor, também é preciso dizer que a tese de Wiseman já era conhecida no âmbito das teorias da comunicação e tem uma tradição longa, com a Escola de Toronto. Particularmente com os trabalhos de Éric Havelock, em paralelo com a área de linguística, com o trabalho fundador de Milman Parry, *L'épithète traditionnelle chez Homère* (tese defendida na Sorbonne e publicada em 1935).

Esta convergência dos resultados de pesquisas em diferentes áreas de conhecimento não somente é fato como é bem-vinda. Mas para que isso ocorra é preciso que as investigações invistam em suas dimensões epistemológicas.

Considerações finais

A pesquisa histórica sobre a comunicação teve avanços notáveis nas últimas três décadas. Muitas informações passaram a estar disponíveis e isso força a reformular a relação da teoria com a história da comunicação. Os textos que examinamos aqui dão uma amostra do atual estado de desenvolvimento desse campo. No tocante à metodologia encontramos uma boa variação de abordagens, seja partindo do termo *communicatio*, seja da ideia ou do campo semântico. Os maiores avanços foram feitos no âmbito da pesquisa historiográfica, no recolhimento e organização de documentos, mas a relação com a teoria parece não acompanhar o mesmo ritmo. Também se constata o pouco impacto da história sobre a epistemologia da Comunicação, em parte facilmente explicada pelo fato que são historiadores que mais trabalham com o tema da história da comunicação, mas em parte também porque os investigadores ligados à área de Comunicação não assumem o compromisso com a teoria de sua própria área: Winkin emprega um conceito antropológico e Peters assume o afastamento da teoria da

comunicação como uma estratégia para ampliar seu conceito de comunicação. O que faz pouco sentido do ponto de vista epistemológico.

Talvez, com o desenvolvimento das pesquisas históricas, os estudiosos abandonem a atitude de ver a comunicação em toda parte, em toda as latitudes da história. E como outras disciplinas das ciências sociais já descobriram, faz tempo, comecem a dar mais importância ao trabalho de desnaturalizar seu objeto de estudo. A ideia de que a comunicação sempre existiu, que nossa compreensão dela é independente de nossa vivência com os meios de comunicação são pressupostos impregnados da crença que ela é inerente ao homem, um processo social básico.

Trabalhar a historicidade da comunicação não é forçosamente negar estas afirmações, mas ter clareza de que, sem o abandono de tais posições, não podemos contar com uma das mais importantes conquistas das ciências sociais, a singularização dos processos sociais no tempo, ponto fundamental na constituição de seus objetos.

REFERÊNCIAS

- DE MICHELIS, Giorgio. "Comunicação e Informação", in Domenico Di Masi, Dumia Pepe. **As palavras no tempo**: vinte e seis vocábulos da Encyclopedia reescritos para o ano 2000. Rio de Janeiro: José Olympio, 2001.
- LIESEN, M. Communicatio: communion, koinonia, **Questões Transversais** – Revista de Epistemologias da Comunicação, Vol. 2, nº 4, julho-dezembro/2014.
- MARTINO, L. C. Comunicação e Ciências Sociais: as matrizes epistêmicas da Comunicação. Del Bianco, Nelia; Lopes, Ruy Sardinha (orgs.). **O Campo da Comunicação**: epistemologia e contribuições científicas. São Paulo: Socicom, 2020, p. 14-35. Disponível em: <https://url.gratis/sqWBfz>
- MARTINO, L. C. "História da Comunicação: entre o historiador e o comunicólogo", Trabalho apresentado no GP Teorias da Comunicação, 39º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, Universidade de São Paulo, 2016.
- MARTINO, L. C. História e Identidade: apontamentos epistemológicos sobre a fundação e fundamentação do campo comunicacional, **E-Compós**, n.1, dez 2004. Disponível em: www.compos.org.br.
- PETERS, J. D. "Communication, History of the Idea", in **International Encyclopedia of Communication**, ed. Wolfgang Donsbach. Oxford: Blackwell, 2008.
- PETERS, J. D. **Speaking into the air**: A history of the idea of communication. Chicago, IL: University of Chicago Press, 1999.
- RÜDIGER, F. **Introdução à Teoria da Comunicação**: problemas correntes. São Paulo: Edicom, 1998.

WINKIN, Yves. “Munus ou la communication : l’étymologie comme heuristique”, in **MEI** n° 10 numéro thématique “Histoire et Communication”. Paris, 1999.

WISEMAN, Rob. Ancient Roman Metaphors for Communication, **Metaphor And Symbol**, 22(1), 2007, pp. 41-78.

YAMAMOTO, Eduardo Yuji. Mei, Munus, Comunico: uma proposta genealógica para o estudo etimológico da comunicação, Trabalho apresentado ao GT Epistemologia da Comunicação do **XXX Encontro Anual da Compós**, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo - SP, 27 a 30 de julho de 2021.